

**HISTÓRIA, PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E INFORMÁTICA:
ALGUMAS POSSIBILIDADES.**

Marcos Antonio da SILVA*

Resumo: Este texto analisa a importância recente da Informática para a Pesquisa e o Ensino de História. Ele destaca a necessidade de articular a Informática a problemáticas de Conhecimento Histórico, em contato com fontes de pesquisa. Alguns exemplos do trabalho da Informática com patrimônio histórico e acervos de museus são debatidos.

Palavras-Chave: Informática – Pesquisa histórica – Ensino de História – Museus – Patrimônio histórico.

Abstract: This text analyses the recent importance of Informatics to History research and History teaching. The text underlines the necessity of articulating Informatics to problems of History knowledge, in touch with research sources. Some examples of Informatics work with historical heritage and museums patrimony are discussed.

Key Words: Informatics – History research – History teaching – Museums – Historical patrimony.

Nos últimos 20 anos, com a difusão dos computadores pessoais e o acesso crescente à Internet, a Informação e a Comunicação passaram por transformações muito significativas, tanto na esfera da vida cotidiana (lazer, convívio pessoal) quanto em atividades especializadas de trabalho e pesquisa.

Se acompanharmos, ao longo do século XX, a Literatura textual ou a Literatura em quadrinhos, além do Cinema e dos seriados televisivos de ficção científica, dentre outros gêneros artísticos, perceberemos que já havia, ao menos desde os anos 30 - tendo continuidade no decorrer das décadas seguintes -, uma expectativa de que a transição para o século XXI fosse marcada tecnicamente por grandes mudanças no campo dos transportes: foguetes, discos voadores, tele-transporte (transferência de diferentes corpos – inclusive, humanos - para lugares muito distantes, em frações de segundos), etc. Isso cresceu muito nos anos 50/60, com a corrida espacial e as viagens tripuladas para a Lua.

Num grande filme desse gênero, como *2001 – Uma Odisséia no espaço*, de Stanley Kubrick, lançado em 1969, tal clima está fortemente presente: o transporte é uma dimensão tecnológica muito importante do início do século XXI, algumas de suas cenas principais se dão durante viagens para a Lua ou para Saturno.

Nós, que vivemos esse momento anunciado pela ficção científica do século passado, sabemos que as transformações não foram tanto por aí – não vieram (ainda!) veículos urbanos voadores de uso individual ou familiar nem um cotidiano de viagens interplanetárias, como supunham a Literatura textual, as histórias em quadrinhos, os filmes e os seriados televisivos -, mas, certamente, a Informática representou uma mudança extremamente significativa de outra natureza, em termos de acumulação de informações, de acesso a essas informações e das comunicações entre as pessoas.

Já existiam computadores desde bem antes de o século XX acabar, mas de natureza diferente daqueles utilizados em época mais recente, eram computadores usados quase apenas no espaço militar ou na pesquisa científica muito avançada, desde os anos 40, aproximadamente.

Esses computadores foram se expandindo para a área administrativa (pública e privada), nas duas décadas seguintes, mas não ainda para o uso doméstico e pessoal. Dos anos 80 para cá, nós vivemos a era dos computadores pessoais, que introduziu muitas alterações nas sociabilidades cotidianas e também nas práticas em pesquisa, ensino e aprendizagem¹.

É preciso pensar sobre algumas perspectivas básicas no contato com a Informática no campo do Conhecimento Histórico, tanto na pesquisa quanto no ensino e na aprendizagem.

Nos dois últimos campos, vale assinalar a existência de *sites* didáticos da área de História - em geral, muito ruins! São livros didáticos eletrônicos, até piores que os livros didáticos impressos mais articulados. Seus usos são, quase sempre, igualmente lastimáveis.

Ouvi relato de um professor da rede municipal paulistana de ensino básico e fundamental, que trabalha como coordenador de Informática na escola onde ocupa cargo efetivo, sobre aqueles usos. Ele recebe alunos para treinamento em uso dos computadores, no acesso à Internet, etc. e me contou um episódio ocorrido em 2004. Uma colega dele pediu para os alunos irem à sala de Informática pesquisar o nome completo do Pedro I, o imperador brasileiro. A tarefa consistia em entrar em algum *site* de História, onde encontrassem tal informação. Trata-se de uma questão bastante convencional, não-reflexiva, busca de uma informação secundária para entender aquele personagem, uma informação que, depois de localizada pelo primeiro aluno, podia ser copiada mecanicamente pelos demais, sem qualquer emprego do computador. O trabalho de refletir sobre uma informação, articulá-la a outros dados e desenvolver um raciocínio histórico ficou totalmente fora daquela operação. O exemplo demonstra como a Informática pode ser colocada a serviço de concepções muito restritas de Conhecimento Histórico.

É claro que podem surgir bons *sites* didáticos no campo do Conhecimento Histórico, e também que os existentes podem melhorar, junto com seus usos em espaços escolares e similares, mas é preciso evitar uma imagem fetichizada do computador e da Internet como

remédios para todos os males – no exemplo apontado, da rede paulistana de ensino público, são sintomas de doenças crônicas!

Junto com esses *sites* didáticos, existem aqueles institucionais, e dentre eles, os de museus, arquivos, bibliotecas e órgãos similares, que, em geral, são interessantes, oferecendo até mesmo catálogos completos *on-line*, reproduções de materiais do acervo, “visitas” virtuais às salas de exposições, trechos e, às vezes, textos completos de documentos, etc.

É preciso lembrar, ainda, o funcionamento ou a possibilidade de criação de grupos de discussão sobre questões de História (e de outras áreas de saber). Isso tem se tornado uma prática habitual: grupos de pessoas com interesses temáticos, técnicos ou teóricos em comum, que não podem se reunir a toda hora, num país com a dimensão continental no Brasil – para não falar daqueles que trabalham em escala internacional -, utilizam instrumentos dessa natureza para manterem textos *on-line*, travarem discussões, etc. Tal recurso pode e deve ser expandido para o campo do ensino, garantindo trocas de experiências e materiais entre professores e alunos.

Num outro campo de contato do Conhecimento Histórico com esse universo, importa apontar, também, os acervos documentais criados diretamente através dos recursos de Informática: bancos de dados, circulação de diferentes modalidades de informação, etc.

São acervos de acesso mais ou menos difícil e às vezes auto-destrutíveis, como é o caso das salas de encontros na Internet (para não falar no sigilo militar ou empresarial), que poderiam ser fontes de pesquisa importantes para o profissional de História e todos os interessados por esse campo de conhecimento pensarem sobre a sensibilidade contemporânea, mas que, via de regra, morrem ali mesmo: os textos não costumam ser preservados (ao contrário das antigas cartas de amor, guardadas por um dos missivistas, às vezes apreendidas e arquivadas por órgãos repressores – casos da Inquisição ou da Justiça laica, no tempo em que adultério era crime), as pessoas apagam os escritos enviados ou recebidos, com medo de que o marido ou a mulher, o namorado ou a namorada descubram que elas andaram “pulando a cerca” eletronicamente... Na maior parte dos casos, esses materiais nem se constituem propriamente em acervos, têm um caráter volátil, são construídos e rapidamente apagados. Um pesquisador-*voyeur* poderá entrar nessas salas com a nobre missão de coletar documentos (informações) sobre a sensibilidade contemporânea, mas sempre perderá muitas coisas – existem diálogos em sigilo (salas a dois)... Uma saída poderá ser optar por versões radicais de ego-História, em modalidade confessional. Ou aguardar a publicação de memórias dos visitantes de salas da Internet – será que eles querem lembrar?

Noutros espaços documentais, a Informática participa da produção de contabilidade nacional, orçamentos públicos ou privados, bancos de dados em múltiplos campos de pesquisa - vários materiais de grande interesse, gerados diretamente em computador e de acesso mais ou menos complicado.

Essas informações, no universo das empresas privadas, são muito fechadas, fazem parte do sigilo da empresa, e o mesmo ocorre em órgãos governamentais, embora já existam algumas discussões na opinião pública sobre o que pode ou não ser acessível na documentação de estado.

Quando lembrei dos potenciais acervos de fontes históricas criadas diretamente via computação, alguns deles imediatamente destruídos, eu quis contrastar esse material com a situação da documentação mais tradicional. Se nós pegarmos a correspondência privada, mantida mais intensamente até os anos 80 do século passado – todavia, já em declínio com a expansão da telefonia -, uma prática relativamente freqüente era a cópia das mensagens enviadas e a preservação daquelas recebidas. É um material muito importante, que passou pelo crivo de quem escreveu, ou de quem preservou, freqüentemente acessível e até editado, quando se trata de personalidade conhecida. Isso é muito diferente dessa documentação produzida em computador, boa parte feita para não ser preservada, outra parte feita para ser mantida fora de acesso, quase nunca indicando suas diferentes etapas de produção – as rasuras de um manuscrito não costumam figurar no texto digitado e revisto... Em contrapartida, descontadas as dificuldades de acesso, ela representa, com freqüência, uma enorme massa documental sobre os assuntos mais variados.

O trabalho do profissional de História com a Informática também engloba recursos para a reprodução, a acumulação e o tratamento de informações, desde o apelo ao *scanner*, particularmente importante para quem trabalha com fontes visuais, passando por programas estatísticos, extremamente úteis para os pesquisadores de dados quantitativos (produção econômica, população, etc.), mas também aplicáveis aos mais diferentes tipos de materiais. Esses instrumentos copiam, acumulam, confrontam, processam dados.

Junte-se a isso outra característica da Informática que é a extrema rapidez da reprodução, do processamento e da circulação de informações.

Esse ritmo representa uma vantagem no mundo onde vivemos: gastamos muito menos tempo para copiar uma documentação gigantesca ou para obter cópias de fontes que estão em arquivos muito distantes, bem como para processá-la de diferentes formas².

Tal rapidez é boa, mas tende a contaminar o ato de pensamento, que não segue necessariamente o mesmo ritmo. Preservando as conquistas que esse acesso a um universo quase ilimitado de fontes nos permite no cotidiano da pesquisa histórica, num andamento muito acelerado, é sempre necessário relembrar, a cada dia, que o computador é um instrumento de trabalho, que o trabalho de pensamento continua a cargo dos seres humanos de carne e osso, os historiadores e qualquer homem ou mulher.

Nesse sentido, é preciso evitar algumas ingenuidades teóricas e técnicas que, às vezes, marcam o trabalho do profissional de História com a Informática. Ninguém negará que a Informática é boa, ótima, excelente instrumento de trabalho, mas isso jamais se confundirá com

a perspectiva de que ela resolve todas as questões por nós – Professores, Alunos, Pesquisadores, Escritores, Leitores.

Em alguns cursos de digitação ministrados nos anos 80 – quando os computadores pessoais começaram a se expandir mais significativamente no Brasil -, instrutores insistiam em lembrar que o computador era extremamente “burro”, salientando que esse instrumento nada fazia sozinho, que sempre dependia de quem o utilizava, que tudo o que o computador realizava era porque alguém optara por fazer.

Essa questão continua viva para nós, ela permite termos clareza sobre quem projeta, executa, indaga e formula hipóteses de trabalho, quem escolhe temas, documentos, programas, interpretações, etc.: sempre nós, humanos! O computador não fará isso no lugar de quem pesquisa, ensina ou aprende, o computador é um auxiliar extremamente útil e interessante, facilita muito nossa vida em tantas coisas, mas não nos substitui nessas tarefas, que são nossas.

Daí, a formação clássica em História – e noutras áreas de saber não é diferente! - de ler, escrever, discutir e concluir, continuar de pé, com a ajuda de diferentes equipamentos. O computador, contudo, não nos substitui nesses passos, nós temos que estar lá para escolher os temas, os documentos e as hipóteses e problemáticas de trabalho, decidir como abordá-los, conceber a síntese interpretativa que chegará ao conhecimento do leitor...³

Uma outra face do problema diz respeito à relação dos recursos de Informática com os acervos originais que não foram produzidos pelo computador. Vivemos uma época em que há uma espécie de febre pelo “scaneamento” e pela digitalização, tendo em vista a evidente facilidade e rapidez que isso representa em termos de copiar e transmitir informações, além da segurança representada pela preservação dos dados digitalizados.

Nas décadas de 60 e 70 do século passado, houve uma tendência parecida, anterior à expansão da Informática, no que diz respeito à microfilmagem. Quando essa possibilidade técnica apareceu, expandiu-se bastante - e em algumas cidades e instituições, quase que virou moda - microfilmar toda a documentação e, em seguida, jogar fora aquela papelada original, porque ela ocupava muito espaço, juntava traça; o que estava em duas ou três salas era substituído por materiais que cabiam num armário, num cantinho do escritório onde ficavam abrigados todos os microfilmes...

Mas isso significava, também, um trabalho permanente de preservação de microfilmes, com climatização e garantia de higiene. Sem isso, os microfilmes se destruiriam, num ritmo muito pior do que o papel original, com a perda de informações preciosas – às vezes, perdas irreparáveis, quando os originais de papel e tinta tinham sido intencionalmente descartados.

Por outro lado, o microfilme - assim como os recursos computacionais – jamais substituíram (nem substituirão) a materialidade dos documentos originais: aquela caligrafia, aquele papel, aquela tinta, aquela rasura original ou de falsificação, a especificidade física do objeto tridimensional... Não podemos perder isso, enquanto historiadores, uma vez que são

informações intrínsecas à prática social estudada. Nesse sentido, as relações do Conhecimento Histórico com a Informática não devem se isolar dos debates que continuam a ser feitos sobre a própria noção de documento histórico – a rigor, tudo que diz respeito à experiência humana! A materialidade desse “tudo” pode e deve ser trabalhada com recursos da Informática, o que não se confunde com seu descarte em nome da digitalização ou de outros procedimentos de computação.

O entusiasmo com o computador faz esquecer que muitos de seus suportes são frágeis, atacados por vírus, descartáveis, perdem a capacidade de uso. Não é porque fizemos um trabalho de “scannear” documentos que esse material está salvo para sempre: acidentes físicos ou erros de utilização podem levar à perda de tudo. Isso significa que temos que ter os suportes originais preservados, sim, e garantir outras cópias, porque senão estaremos à mercê de acidentes muito comuns, que destroem o trabalho de vários dias, ou até meses e anos. O trabalho de quem copiou originais, de acordo com a historicidade de seu olhar, pode negligenciar aspectos do documento original que apenas sua preservação física garantiria serem recuperados noutro momento e retrabalhados, a partir de ângulos diferentes.

O acesso à Informática, num país como o Brasil, ainda está restrito a uma parcela minoritária da população, da qual os profissionais de História costumam fazer parte. Há um debate sobre a exclusão digital como uma questão política e socialmente importante. Isso gerou algumas políticas públicas em estados e municípios, voltadas para enfrentar tal questão. Daí, o surgimento de salas de Informática nas escolas básicas e fundamentais (para não falar em universidades), nas associações de amigos de bairros e em instituições similares.

Para nós, historiadores, isso significa que encontraremos, no caso da documentação produzida via computador, materiais que provêm principalmente do estado e de instituições dominantes, com poucas exceções: há movimentos sociais que já estão informatizados (MST, alguns grupos indígenas e ONGs), mas a maior parte da população ainda se encontra excluída digitalmente. Em alguns casos, o pesquisador ou professor pode até contribuir para a expansão do contato entre setores da população e certos recursos da informática que ele usa em seu trabalho.

Discutindo História, Preservação Documental e Informática, uma instituição que se destaca como alvo é o museu, tendo em vista seu importante papel de preservar e pesquisar acervos preciosos, junto com arquivos e bibliotecas⁴.

Quando se fala em museu, é mais imediato pensar em grandes instituições clássicas, internacionais, como o Museu do Louvre (Paris), o Museu do Prado (Madri), o Museu Britânico (Londres), o Museu do Cairo, o Smithsonian Institute (Washington) ou, no Brasil, o Museu Nacional (Rio de Janeiro) e o Museu Paulista (São Paulo), dentre outras.

São instituições excelentes, com acervos fantásticos, mas um museu não é exclusivamente isso. Também uma pequena entidade municipal ou até de bairro, formada com um acervo que representa uma miscelânea sobre determinado agrupamento humano ou um

campo de saber, possui traços em comum com aqueles outros monumentais – exposição de uma coleção, uma reflexão sobre a materialidade de sua área, critérios de seleção do que merece ou não merece estar no acervo e ser exposto.

A face mais visível dos museus, grandes ou pequenos, é essa coleção, seu acervo exposto. Via de regra, eles apresentam objetos bonitos, espetaculares, raros. Precisamos ter em conta, todavia, que o museu não é exclusivamente o acervo exposto, é muito comum ele possuir um conjunto de materiais ainda maior fora de exposição, por diferentes motivos.

O acervo exposto exige recursos de visibilidade, de circulação do público; não dá para colocar em exposição tudo que existe na instituição, sob pena de transformar o museu num *bric-a-brac* sem pé nem cabeça.

Parte do material que está fora de exposição, a reserva técnica, encontra-se nessa situação por falta de espaço. Os bons museus renovam as mostras freqüentemente para dar uma chance às peças ausentes de circulação por esse motivo.

Outra parte da coleção se encontra nesse estado porque não possui condições de ser apresentada: sofreu desgastes, está sendo restaurada ou permanece na reserva técnica para ser melhor preservada, uma vez que a exposição pode suscitar maior fragilidade numa peça que já está num processo de degradação. Isso não é um material “morto”, pois já faz parte do acervo geral do museu, pode ser exposto novamente, às vezes está sendo trabalhado pelos pesquisadores da instituição, em termos de preservação ou restauro.

O museu é uma instituição de pesquisa, dotada de um acervo, que não está lá apenas para ser exibido, está também para ser pesquisado, preservado e restaurado. Os materiais de diferentes épocas sofreram diferentes ações de desgaste: atos naturais (oxidação, mofo), outros acidentais - incêndios, enchentes, etc. -, ações deliberadas (vandalismo), intervenções de preservação ou restauro equivocadas. Essas peças são trabalhadas pelos pesquisadores em busca de novos conhecimentos e também em termos de restauro e preservação - consertar estragos, dar um jeito para que esse material seja reaproveitado em exposições e pesquisas, na prática cotidiana do museu.

É necessário pensarmos também sobre papéis sociais mais habitualmente assumidos pelos museus, que não dizem respeito apenas a pequenas instituições.

Etimologicamente, como todos sabem, a palavra museu deriva de musa, como se ele fosse a casa das musas, um lugar dos saberes, dos conhecimentos elevados, um local onde diferentes materiais, considerados significativos para aquela sociedade, são preservados e expostos.

Vivemos em sociedades marcadas pela desigualdade entre os homens, pela hierarquia, pela exclusão, pela luta de classes. Isso significa que os museus, habitualmente, têm um olhar muito mais atento para o mundo dos grupos sociais privilegiados, bem representados em seus acervos, quando não aparecem como se fôssem tudo o que interessa para aquela sociedade.

Isso não é feito, na maior parte do tempo, de maneira consciente e deliberada, pelos profissionais que ali atuam: muitos museólogos não pensam que estão trabalhando para celebrar os grupos sociais dominantes de diferentes épocas da História – inclusive, de seu presente; os museus costumam reunir profissionais sérios, dedicados, preocupados com seu campo de conhecimento e com aquele acervo enquanto coleção significativa para a área de saber ali abordada.

Os museus, para sobreviverem institucionalmente, precisam convencer órgãos governamentais e privados de sua importância social, e esse convencimento se faz, em alguns momentos, através de sutis jogos de celebração de quem domina, de quem manda mais na sociedade. Tanto um museu de grandes dimensões quanto um museu pequeno vive situações dessa natureza, nem sempre deliberadamente escolhidas pelos profissionais que ali atuam, mas inerentes a sua existência e a sua sobrevivência, mesclando objetivos de pesquisa a fins ideológicos, cívicos e comemorativos. Um equilíbrio nesse jogo será maior quando os profissionais não se sentirem sozinhos na condição de pessoas que pensam sobre os destinos da instituição, quando os visitantes forem assumidos (ou se assumirem) como pensadores da entidade, junto com aqueles outros, ultrapassando a exclusiva identidade de usuários.

Quando acompanhamos crianças da escola básica fundamental, ou adolescentes mais crescidos, em visitas a museus espetaculares, observamos neles deslumbramento, fascínio que, às vezes, chega a conclusões do tipo: *“Nossa, como era legal viver no Brasil (ou no Egito, ou na Espanha, ou na Itália, ou em qualquer outro país do mundo) nessa época, olha que jóias bonitas (que, em alguns casos, até foram doadas pelos herdeiros de seus antigos proprietários, com pedras preciosas fascinantes, trabalho de ourivesaria, etc.), que roupas fantásticas!”*.

Jóias, roupas (vestidos de baile, casacas de conselheiros do império e outros nobres de época, enxovais de batismo), móveis, veículos (carruagens forradas de couro, algumas revestidas de veludo), um deslumbramento, um espetáculo da beleza do passado, uma *“maravilha de cenário”*, para citar o samba clássico de Silas de Oliveira *“Aquarela brasileira”*⁵... Conclusão: como o passado era legal!

Isso não é idiotice das crianças e dos pré-adolescentes, eles estão fazendo um comentário sobre o que muitos museus costumam enfatizar: o espetáculo dos grupos sociais dominantes e de suas instituições. A superação desse quadro dependerá de vários fatores, englobando a ação de museólogos, profissionais externos ao museu, visitantes, leigos questionadores.

Numa de minhas últimas visitas ao Museu Paulista (São Paulo, SP), havia uma vitrine com dezenas de chapéus masculinos, chapéus de passeio e em materiais caros, luxuosos até. Não existia, entre eles, nenhum chapéu de trabalhador do campo ou da cidade...

Isso não é um mal em si, desde que haja alguma problematização daquele material exposto – e o Museu Paulista tem desenvolvido muitas iniciativas criativas nessa direção. Frequentemente, todavia, os blocos de acervos são apresentados enquanto amostragens da

sociedade como um todo. Pode ser muito interessante expor e fazer pensar sobre um acervo que é dos grupos sociais dominantes, de quem - no Brasil, por exemplo - tinha dinheiro para comprar chapéus importados da França e de outros países, e não é por isso que essa coleção se tornará desimportante. Faz falta, todavia, organizar o acervo para ser visto de maneira reflexiva, ir além de um passeio descompromissado ao redor da beleza daqueles objetos, desenvolver pensamentos sobre aqueles objetos e os seres humanos que puderam ou não usa-los.

Há alguns anos atrás (provavelmente, nos anos 90 do século XX), o Ministério da Cultura fez uma exposição itinerante, “Tesouros do Patrimônio”, com materiais de várias instituições museológicas brasileiras – inclusive, cinematecas, bibliotecas e arquivos - sobre patrimônio artístico, histórico e cultural. Numa das salas, colocaram um vestido de baile de uma dama do império (tecidos preciosos, bordados, pedrarias), um vestido de princesa de Maracatu, uma bandeja de prata muito bonita, ricamente cinzelada, e um daqueles instrumentos de torturas de escravos – cada objeto ao lado do outro. Promoveu-se, então, o encontro museológico entre formas de beleza pertencentes a diferentes camadas sociais e um instrumento de tortura.

Tal combinação é muito estimulante para se pensar sobre como essas realidades são respectivamente constitutivas umas das outras, como é que o vestido de baile da dama não existiria se não houvesse a escravidão, como é que a bandeja de prata não aconteceria se não existisse tortura, como é que a princesa de maracatu não apareceria sem haver a memória da escravidão, como é que o escravo sofria tortura mas também produzia beleza, evidenciando o direito a esse ato.

Infelizmente, esse encontro reflexivo, numa exposição museológica, ainda costuma ser incomum. Boa parte dos museus brasileiros e estrangeiros não costuma fazer tais comparações, caminha mais na direção do espetáculo homogêneo, da beleza dos grupos sociais dominantes do passado (e, subliminarmente, do presente e do futuro) como padrão exclusivo de sociabilidade.

Se visitarmos museus menores de cidades interioranas ou bairros de metrópoles, encontraremos mais facilmente nos acervos roupas e móveis de pessoas ricas, jóias, retratos de gente poderosa... E isso aparece como a imagem da cidade, como se a cidade fosse somente isso.

Santa Luzia é uma cidade mineira da periferia de Belo Horizonte, que tem uma igreja colonial muito bonita e um museu histórico, em frente à igreja. No acervo do museu, encontramos aquelas roupas das pessoas ricas, mais móveis e adornos desse mesmo universo social, inclusive um item interessantíssimo: o retrato de uma senhora de família poderosa do presente, em Veneza (Itália), numa viagem turística. É um exemplo muito claro de como o museu faz uma transfiguração dos grupos sociais dominantes em resumo da sociedade, como se a sociedade fosse somente isso.

Não penso que uma foto dessa natureza deva estar ausente do museu. Pode estar lá, sim, junto com roupas, jóias, móveis e veículos daquele setor da sociedade, desde que não se promova a descontextualização desses objetos... A ocorrência daquela viagem, daquela peruca, daquela jóia, daquele automóvel se dá num mundo marcado pela existência de pessoas (a maioria...) que nunca viajaram para o exterior, nunca usaram aquelas roupas, nunca sentaram numa poltrona daquelas, nunca comeram nem beberam o que foi contido naqueles pratos e copos.

É ótimo que membros das elites econômicas e sociais tenham a grandeza de espírito de pegar uma jóia valiosíssima e, ao invés de venderem-na para uma casa de leilões, doarem-na para um museu, isso representa um espírito público louvável. O problema é que o espírito público se transforma facilmente em autopromoção de classe, talvez até feita de maneira não-consciente, mas com efeitos auto-celebrativos muito precisos.

A maior parte dos trabalhadores dos museus não está ali querendo fazer a louvação dos grupos sociais dominantes e de interesses privados similares, mas as instituições onde trabalham funcionam, freqüentemente, assim.

Não se trata, evidentemente, de pensar em fechar os museus, jogar fora esses acervos, menosprezar seus materiais – como Marcel Duchamp anunciou, no tempo da Primeira Guerra Mundial, salientando a falência da civilização ocidental e propondo que as telas do Museu do Louvre fossem usadas como forro para tabuas de se passar roupa⁶. São documentos muito importantes, a serem pensados em seus contextos. Nem é o caso de, obrigatoriamente, haver um chapéu de palha de trabalhador na vitrine do Museu Paulista, mas quem vê sua coleção precisa levar em conta a existência disso, pensar sobre o imediato do acervo e seus contrapontos possíveis: nem todo chapéu era como aqueles em exposição, nem toda cadeira era como aquelas apresentadas, a maior parte da população jamais entrou num veículo daquele tipo no século XIX nem andou de liteira...

O museu é, na maior parte das vezes, uma coleção de objetos raros, tornados escassos por sua antiguidade, por seu valor de mercado, que podem ser abordados como objetos de pensamento. Na maior parte do tempo, os museus são visitados turisticamente. Nada contra o turismo enquanto atividade de lazer, mas é necessário, como profissionais de História, ir além do olhar turístico, além do olhar que passa por aquele amontoado de objetos e não se detém para pensar sobre qual é o discurso que cada um deles está fazendo sobre aquela sociedade. Inclusive porque a grande quantidade de tópicos em museus suntuosos (as salas de ânforas gregas no Museu Britânico, por exemplo) é um convite para a perda de percepção daqueles objetos, quando olhados ligeiramente: a partir da décima ânfora, as diferenças vão-se perdendo.

Qual é o Brasil que sai de uma visita ao Museu Paulista? Qual é a Grã-Bretanha que se retém depois de uma visita ao Museu Britânico? Qual é a Espanha que resulta de uma visita ao Museu do Prado ou a França que resta de uma visita ao Museu do Louvre? Qual é o Egito

derivado de uma temporada no Museu do Cairo? Quais são a Grécia e o Egito antigos que sobram de visitas aos grandes museus ocidentais?

Essas indagações devem estar presentes para evitarmos que o museu se transforme num espaço turístico ou de lazer igual a qualquer outro lugar dessas naturezas, sem diferenças em relação a fazer uma visita ao *shopping*, ao supermercado, ao estádio de futebol... Uma visita ao museu, como profissional de História, é um ato reflexivo, precisamos pensar sobre o que é aquele espaço, o que é aquela instituição, o que são seu acervo e suas atividades. Os museus – particularmente, os monumentais - têm um caráter espetacular que não pode ser apagado, mas é muito importante pensar sobre o que é aquela monumentalidade.

Quando um visitante entra num grande museu de artes, como o Museu do Prado, em Madri, ele experimenta uma sensação de deslumbramento, até demora para se recuperar. A sala onde está exposta “A Maja desnuda”, de Goya, e a sala que abriga “As Meninas”, de Velásquez, suscitam uma reação de fascínio lógica, normal e até necessária. Sentimentos semelhantes ocorrem nas salas de antiguidades egípcias do Museu do Louvre, em Paris, nas galerias de ânforas gregas do Museu Britânico, em Londres, nos espaços do Museu do Cairo e, mais modestamente, nos corredores da Pinacoteca do Estado, em São Paulo, ou nas salas do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Outros museus, não necessariamente dedicados às artes, provocam reações semelhantes, por diferentes motivos – que podem incluir medo e horror: os grandes fósseis no Smithsonian Institute, em Washington, os instrumentos de tortura, no Museu da Inquisição, de Lima.

O ruim é ficar só nessa experiência de encanto e deslumbramento, é preciso ir além.

Como é que os recursos da Informática entram nesse universo?

Eles podem reforçar o que os museus já são, mas os mesmos recursos também podem participar de atos de repensar os museus.

Tais instrumentos integram a divulgação do museu, possibilitando visitas virtuais, diferentes de uma leitura textual sobre o museu, uma vez que há mais espaço para colocar informações visuais e comparações instantâneas entre itens do acervo, para acompanhar espaços de exposição e depósito, etc.

Mas não podemos esquecer que o museu virtual não substitui o museu físico. Um exemplo simples é oferecido pelo grande Museu do Prado, um dos melhores do mundo no campo de artes visuais. Nas obras-primas citadas anteriormente (“A Maja desnuda”, de Goya, e “As Meninas”, de Velásquez), muito da beleza estará presente numa fotografia digital, mas existem aspectos das pinturas originais que não podem sobreviver à reprodução.

Em primeiro lugar, e de importância fundamental para as artes visuais, a escala. “A Maja desnuda” é um quadro de 97 x 19 cm. Quem entra na sala onde ela está exposta, vê aquela mulher belíssima, olhando desafiadoramente para quem a olha, nua e nas proporções aproximadas de um corpo feminino vivo. Essa escala é muito importante em termos de artes plásticas, o espectador compara seu próprio corpo ou outros corpos a seu redor com o da

mulher pintada, pensa sobre a arte pensadora da beleza dos corpos humanos, via cores, luzes, texturas... Outras pinturas sobre corpos nus não são em tamanho natural (podem ser em escala maior ou menor), mas essa o é, o que significa um detalhe muito importante para entender o encanto do quadro!

A pintura “As meninas” tem 318 x 276 cm, apresentando uma sala palaciana espanhola em escala quase igual ao pé direito da sala onde está exposta. É infinitamente diferente de se ver uma reprodução na tela do computador, 20 cm por 30 cm, ou na página de um livro, ainda menor... Certamente, muito da beleza original ainda se preserva na reprodução – o esquema de desenho, a composição, parte das cores -, mas em termos de artes plásticas, a escala da obra é fundamental⁷.

É diferente ver uma fotografia da Vênus de Milo, integrante do acervo do Museu do Louvre, e ver a própria escultura, enorme e bela, tridimensional. A monumentalidade dessa Vênus, que pode ser observada de vários ângulos, faz parte de sua beleza.

No caso das artes plásticas, ver as obras originais permite avaliar mais detidamente dimensões de textura – a passagem da mão humana que trabalhou aquelas pinceladas -, diferenças entre ângulos de aproximação e outros aspectos que as reproduções fotográficas nem sempre resolvem. O teor tenso e agressivo das colagens dadaístas de Kurt Schwitters (uso de detritos recolhidos do lixo) muda muito quando as vemos reproduzidas em papel *couché*, uniformizadas pelo brilho das boas tintas de impressão⁸.

Em compensação, reproduções muito ampliadas de detalhes pintados ou esculpidos permitem acompanhar rachaduras, superposições de camadas, as próprias pinceladas – contra a ilusão mimética.

Esses exemplos de museus de artes procuram evidenciar como o museu virtual não substitui o museu físico, nem em termos da fruição pelo visitante, nem em termos da pesquisa. Essa afirmação se aplica também a outros tipos de museus e instituições (bibliotecas, arquivos, etc.) de interesse para o historiador. É excelente dispormos *on-line* dos catálogos dessas entidades, sabermos os livros que estão lá, os documentos que integram sua coleção, as peças que compõem seu acervo tridimensional, mas é impossível digitalizar tudo, e há tipos de documentos que não podem ser plenamente representados numa reprodução bidimensional – esculturas, móveis, roupas, etc.

Se pensarmos apenas em arquivos, museus e bibliotecas brasileiros, a situação se agrava. Muitos deles, talvez a maioria, possuem acervos sequer catalogados. Nesse sentido, freqüentemente, o pesquisador também é um catalogador, um subproduto de sua pesquisa é um guia, extremamente útil para a instituição e para futuros pesquisadores⁹.

Nos *sites* desses arquivos e instituições congêneres, tais zonas desconhecidas permanecerão como buracos negros, e o virtual tornará o real ainda menor. Mesmo em grandes instituições, onde tudo ou quase tudo está digitalizado, existem critérios para identificação de temas e dados que podem permanecer obscuros para determinada

problemática de pesquisa. A consulta à documentação original e sua zelosa preservação permanecem, portanto, como passos incontornáveis dos estudos históricos.

Isso serve de alerta para alguns cuidados que a pesquisa histórica continua a exigir, e que as aparentes facilidades de catálogos e documentos *on line* não aboliram. Tem-se expandido uma falsa noção de que, em qualquer lugar, é possível pesquisar temas de diferentes países (por exemplo: a luta de classes na Inglaterra do final do século XVIII) sem explorar *in loco* seus arquivos, uma vez que catálogos e mesmo boas amostragens de documentos são disponíveis *on line* ou podem facilmente ser adquiridos via Internet. Isso é parcialmente verdade em relação a determinados arquivos, bibliotecas ou museus, mas são documentos selecionados por outrem, raramente existe acesso a novas possibilidades, e a seleção obedece a determinados critérios e problemáticas. Esse limite também se aplica aos bancos de dados, que, evidentemente, resultaram de critérios muito específicos de seleção e processamento.

Vale reiterar que a Informática ajuda enormemente, em termos de divulgação daqueles órgãos e mesmo acesso a muitos de seus itens, mas ela não dá conta de uma reflexão sobre os acervos, que passa por um contato físico e demorado com seus significados sociais e suas potencialidades, indo além da condição de um passivo usuário que não reflete.

A queima dessa etapa de pesquisa pode resultar em reproduzir o discurso sobre si mesmo da instituição. Museus, arquivos e bibliotecas possuem uma faceta auto-comemorativa, festejando-se como lugares privilegiados do conhecimento, onde está o acervo sobre determinados assuntos. E, no entanto, muitos tópicos podem estar ausentes daqueles universos. Não dá para deixar que o museu, o arquivo ou a biblioteca pensem por nós, com o auxílio luxuoso da Informática.

Nesse sentido, as advertências sobre os recursos de computação (não problematizam, não escolhem documentos, não selecionam temas, não elaboram hipóteses de trabalho) também se aplicam àquelas instituições. Nelas, profissionais de História e áreas correlatas desenvolvem aquelas operações. Novas indagações, derivadas de problemáticas de pesquisa construídas pelo historiador e por qualquer pessoa que assuma o desafio do pensamento crítico, podem iluminar a importância de materiais obscuros, pouco destacados, às vezes nem catalogados, embora disponíveis em fundos arquivísticos, bibliotecas e museus.

Essas instituições passaram por debates e reformulações significativas. Junto com o museu clássico - que continua a existir, merece todo o respeito e abriga materiais preciosos -, existem outras modalidades de museus, como aqueles sem acervos, que são lugares de referência para um tema ou problemática de conhecimento e um convite à reflexão sobre um personagem, um período ou um campo de interesse.

O Museu da Diáspora, em Israel, é dedicado a um assunto de grande importância para a identidade judaica, e não tem praticamente nada de acervo de época (uma exceção é um Torá medieval europeu), expondo, em seus dioramas, materiais explicativos (gráficos, pinturas,

fotografias, etc.) sobre momentos diferentes da História do povo judeu, sua dispersão na Europa, na Ásia, na África e nas Américas, diferentes tipos físicos de judeus - contra a imagem nazista de que todo judeu tem um tipo físico fixo -, retratos de personalidades judaicas (nenhuma mulher, certa flexibilidade política em relação aos machos ilustres – inclui Marx, Freud e Einstein, por exemplo).

Existem, ainda, museus em ambientes abertos, que abrangem sítios arqueológicos, paisagens, etc. Não é abusivo identificar itens de memória pessoal ou familiar (fotografias, objetos de estima) como micro-museus, o que, nessa pequena escala, ajuda a pensar todos os homens e mulheres como portadores e preservadores de acervos significativos.

Essas situações se articulam com o repensar das relações entre público e instituição, encarando esses dois agentes como co-participantes na definição de rumos e responsabilidades do museu. Nesse sentido, algumas iniciativas de diferentes setores da sociedade, inclusive os dominados, redesenham os museus, os arquivos e as concepções de patrimônio histórico e cultural como lugares de memória e dimensões de identidades.

No Brasil, os terreiros de Candomblé começaram a ser vistos e tombados como patrimônio histórico já na segunda metade do século XX, embora não mais houvesse criminalização das religiões africanas no país há algumas décadas. Isso não impediu que os praticantes de Candomblé tratassem, desde antes, aqueles espaços como lugares privilegiados de memória, incluindo um acervo de sua tradição – pinturas e esculturas, aspectos da natureza (fontes naturais de água, plantas), etc.

Alguns grupos e movimentos sociais desses setores dominados são muito ciosos de preservarem suas memórias através de determinados acervos, quer sejam fotográficos, textuais, panfletos, recortes de jornais, etc. Isso se observa em relação a movimentos pela saúde popular, lutas pela terra urbana ou rural, associações de minorias discriminadas, etc.

A Informática pode desempenhar papéis muito expressivos, em relação a esses museus e arquivos alternativos, como já o faz em relação àqueles mais clássicos: disponibilizar informações (muito desses acervos não têm necessariamente sedes físicas específicas, são preservados em casas, pastas, malas...) ¹⁰, sistematiza-las, catalogá-las.

Vale realçar que todo museu é museu de algo - História, Zoologia, Artes, etc. – e, simultaneamente, museu de si mesmo. O museu preserva seu papel o tempo todo, e isso não é um mal. Todavia, é importante também que se reflita sobre essa condição. Um grande risco no contato com museus, arquivos, bibliotecas, etc. é o pesquisador e outras pessoas virarem instrumentos dessas instituições e repetirem automaticamente o discurso que elas fazem sobre si mesmas.

Tomando-as também como auto-referidas, refletiremos sobre essa auto-sinalização e a Informática poderá surgir não como chave mágica para nada, mas como um recurso de acesso, sistematização, ampliação de contatos, interferência ativa e reflexão sobre os universos da História e da Preservação Patrimonial.

Notas

* É Professor no Departamento de História da FFLCH/USP. Publicou individualmente *Prazer e poder do Amigo da Onça* (Paz e Terra, 1989) e, como organizador e co-autor, o *Dicionário crítico Câmara Cascudo* (Perspectiva, 2003), dentre outros livros. Tem pesquisado Caricaturas, Artes Visuais, Literatura, Cultura Popular e Ensino de História.

¹ Na passagem para a década de 70, alguns historiadores já discutiam conseqüências teóricas do trabalho de pesquisa com computadores, inclusive em seu papel estratégico para o tratamento da documentação.

DE CERTEAU, Michel - *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHESNEAUX, Jean – *Devemos fazer tabula-rasa do passado?* Tradução de Marcos Silva. São Paulo: Ática, 1995. (Edição original francesa: 1974).

A História quantitativa francesa e a História contra-factual norte-americana seriam impossíveis sem o apelo a computadores.

CHAUNU, Pierre – *Histoire quantitative, Histoire sérielle*. Pais: Armand Colin, 1978.

MARCZEWSKY, Jean e VILAR, Pierre – *Que es la História cuantitativa?* Tradução de Martha Cavillioti. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

HUNT, E. H. - “A Nova História Econômica ou História Contrafactual”, in: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.) – *Teoria da História*. Tradução de Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Cultrix, 1976, pp 152/157.

² Orientei um doutorado sobre a formação em artes visuais na URSS dos anos 30 e seu autor teve acesso a larga documentação via Internet.

MIGUEL, Jair Diniz– *Arte Arte, Ensino, Utopia e Revolução – Os Ateliês Artísticos Vkhutemas/Vkhutein (Rússia/URSS, 1920/1930)*. Tese de Doutorado em História Social, defendida na FFLCH/USP. São Paulo: digitado, 2006. O pesquisador foi Bolsista do CNPq.

³ A esse respeito, o debate de De Certeau é muito expressivo: identificada a documentação, submetida a problemáticas de conhecimento, processada no computador com o auxílio de diferentes programas, resta o trabalho de escrita do historiador, que coloca a atividade de pesquisa em contato com seu leitor. DE CERTEAU, Michel – Obra citada, edição citada.

⁴ Bons manuais introdutórios sobre museus são: ROJAS, Roberto et al. – *Os museus no mundo*. Tradução de Luís Amaral. Rio de Janeiro: Salvat, 1979 (Biblioteca Salvat de Grandes Temas – 26).; SUANO, Marlene – *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Primeiros passos - 182).

⁵ OLIVEIRA, Silas de – “Aquarela brasileira”. Gravação de Elza Soares, in: OLIVEIRA, Silas de, Mano Décio e Dona Ivone Lara – *História da Música Popular Brasileira – Grandes compositores*. São Paulo: Abril Cultural, sem data (gravação original de 1974).

⁶ Cito essa passagem de memória. Um conjunto de entrevistas com esse importante pensador e inventor de artes está contido no livro: CABANNE, Pierre - *Marcel Duchamp: Engenheiro do tempo perdido*. Tradução de Paulo José Amaral. São Paulo: Perspectiva, 1987 (Debates – 200).

⁷ As medidas dos dois quadros foram extraídas de:

QUINTANA, Alicia – *Guia – Museo del Prado*. Madrid: Aldeasa, 1994.

⁸ O Museu de Arte Contemporânea da USP possui um desses trabalhos em seu acervo.

⁹ Uma boa dissertação de mestrado recente, sobre o Prêmio Vladimir Herzog, outorgado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo para fotografias sobre direitos humanos que foram publicadas em periódicos brasileiros, realizou essa tarefa em seu campo temático e documental:

SANTOS, Sandra Regina - *Um estudo das fotos vencedoras do Prêmio Vladimir Herzog*. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação (Jornalismo), defendida na ECA/USP. São Paulo: digitado, 2004.

¹⁰ Um exemplo dessa natureza é a coleção de periódicos operários preservada por Edgard Leuenroth, durante anos, em condições precárias, tendo em vista ocultá-la da repressão política. Ela deu origem, nos anos 70 do século XX, ao Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, muito importante para a pesquisa sobre movimentos sociais.